



Normas da TV por assinatura serão analisadas por conselho

Conselho de Comunicação Social do Congresso decidiu ontem estudar 176 proposições relacionadas ao setor que estão em tramitação na Câmara e no Senado. Entre os temas, propaganda, monopólio e mercado. Foi adiada a discussão sobre mudança no regimento do colegiado

Órgão auxiliar do Congresso, o conselho também criou três comissões para examinar a legislação que rege a Empresa Brasil de Comunicação, a Agência Nacional do

Cinema e a Agência Nacional de Telecomunicações. O vice-presidente do conselho, Fernando Cesar Mesquita, anunciou que a Secretaria de Comunicação Social, da qual é diretor, e a de

Informática, ambas do Senado, trabalham na remodelação e atualização do site do Conselho de Comunicação Social para deixá-lo mais interativo. **3**



Contra o câncer de mama, Congresso se ilumina de rosa

O Congresso Nacional realizou sessão solene em homenagem ao Outubro Rosa, movimento realizado em vários países para conscientizar a população da importância das medidas de prevenção do câncer de mama e dos exames de diagnóstico precoce da doença. **2**

Pedro Franco/Agência Senado

Congresso Nacional ganha iluminação especial, em adesão ao movimento Outubro Rosa: ação se repete em outras cidades do Brasil e do mundo, com o objetivo de promover a luta contra o câncer de mama

Simon quer mais tempo para CPI do Cachoeira **2**

Randolfe: 181 requerimentos sobre empresa suspeita **2**

Pacto federativo terá relatório final na próxima semana

A comissão de especialistas encarregada de apresentar propostas para reduzir o desequilíbrio entre os estados quer

entregar o relatório ao Senado na semana que vem. Royalties do petróleo e guerra fiscal foram alguns dos temas analisados. **3**



Jobim (E), presidente, e Everardo, relator da comissão, em reunião ontem: nove anteprojotos e duas sugestões

Gerardo Magela/Agência Senado

especial
Cidadania

Estatuto do Idoso completa 9 anos e ainda tem desafios

Segundo especialistas, legislação aprovada em 2003 contém importantes medidas para proteger os mais velhos, mas nem todas estão sendo colocadas em prática. **4**

Sessão destaca diagnóstico precoce do câncer de mama

Movimento Outubro Rosa, que visa mobilizar a sociedade contra doença que mais atinge as mulheres no mundo, foi homenageado ontem pelo Congresso em solenidade que contou com o ministro da Saúde

O CONGRESSO NACIONAL realizou ontem sessão solene para homenagear o movimento Outubro Rosa, que visa estimular a participação da população, de empresas e entidades na prevenção e no combate ao câncer de mama.

Durante a homenagem, a senadora Ana Amélia (PP-RS), autora do requerimento para realização da sessão junto com a deputada Janete Pietá (PT-SP), ressaltou a importância do Outubro Rosa na detecção antecipada da doença, na motivação das pessoas doentes e na realização de pesquisas científicas.

Citando dados do Instituto Nacional de Câncer (Inca), a senadora alertou para a previsão de 52.600 novos casos da doença no Brasil em 2012. Ela informou que, somente em seu estado, 4.600 casos deverão ser registrados este ano, mais de mil só em Porto Alegre.

— Portanto, há muito a ser feito, e a disponibilização de informações a todos, sem preconceito, é uma aliada na luta contra o câncer, uma doença que ainda provoca traumas e muitos medos — disse.

Na sessão, o ministro da

Saúde, Alexandre Padilha, enfatizou a importância do diagnóstico precoce para aumentar as chances de cura. Ele afirmou que o ministério tem priorizado o tema e conseguiu aumentar em 40% o número de mamografias realizadas no primeiro semestre de 2012 em relação ao mesmo período de 2010.

Padilha anunciou para hoje o lançamento de um programa de mamografia móvel em todo o país voltado ao atendimento da população de baixa renda

na periferia das grandes cidades e no interior.

A médica Maira Caleffi, presidente da Associação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio a Saúde da Mama (Femama), agradeceu o trabalho desenvolvido pelo Congresso e pelo governo.

Maira assinalou que somente com uma parceria efetiva das entidades da sociedade civil com o Executivo e o Legislativo será possível enfrentar adequadamente o câncer de mama.

Congresso Nacional e Palácio do Planalto são iluminados de rosa

Após a sessão solene do Congresso Nacional em homenagem ao movimento Outubro Rosa, a senadora Ana Amélia participou da cerimônia em que foi acionada a iluminação rosa na fachada do Palácio do Congresso Nacional. É a cor da luta contra o câncer de mama.

Simultaneamente, foram iluminados com a

mesma cor os principais prédios e monumentos de Brasília, como o Palácio do Planalto e a Catedral Metropolitana.

O Outubro Rosa tem o objetivo de divulgar a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama. O movimento começou nos Estados Unidos no fim da década de 1990 e chegou ao Brasil em 2008.

Randolfe quer saber mais sobre empresa laranja de Cachoeira

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) apresentou 181 requerimentos à CPI do Cachoeira. Todos pedem informações sobre depósitos feitos pela Adécio & Rafael Construções, apontada em inquérito da Polícia Federal como empresa laranja da organização de Carlinhos Cachoeira.

Segundo Pedro Taques (PDT-MT), que pediu a quebra de sigilo, entre 2010 e 2012 a empresa recebeu R\$ 36,4 milhões da Delta Construções. No primeiro ano, a empresa criada em 2010 movimentou R\$ 14 milhões de crédito e R\$ 12 milhões de débito, apesar de a receita bruta declarada ter sido de apenas R\$ 29.800.

Randolfe pede informações sobre a natureza do negócio que gerou os depósitos, além de comprovação da execução de serviço ou de efetivação da venda. A CPI volta aos trabalhos depois das eleições de outubro.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Pedro Simon pede prorrogação dos trabalhos da CPI

A CPI do Cachoeira precisa prorrogar os trabalhos, na opinião de Pedro Simon (PMDB-RS).

Em ofício enviado ao presidente da CPI, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), Simon afirma que a interrupção das reuniões no período eleitoral pode inviabilizar as investigações. A data prevista para o encerramento dos trabalhos é 4 de novembro.

Apesar de afirmar que a CPI entrou para a história ao quebrar o sigilo bancário da Delta Construções, Simon considera "tarefa inadiável" a quebra de sigilo de empresas que receberam recursos da construtora, para "seguir a trilha do dinheiro desviado". Além da prorrogação dos trabalhos, Simon pede ao presidente da CPI que não inclua na pauta de votações qualquer relatório que tente restringir o foco das investigações. Ainda não há resposta da CPI ao documento do senador.



Waldemir Boreato/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: Discursos

14h Sessão não deliberativa.

COMISSÃO MISTA/MP: Caixa e Banco do Brasil

14h Instalação da comissão mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP 581/12, que libera recursos da União para a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil. Serão eleitos o presidente e o vice-presidente do colegiado e indicado o relator.

COMISSÃO MISTA/MP: Desoneração da folha de pagamento

14h30 Instalação da comissão mista que examina a MP 582/12, que trata da desoneração da folha de pagamento para setores da indústria e serviços. Na reunião, serão eleitos o presidente e o vice-presidente do colegiado e indicado o relator.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **14h**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Olgamir Amancia (Secretaria da Mulher do DF), Padilha, Ana Amélia, Ilza Queiroz (primeira-dama do DF) e Maira Caleffi

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

Primeiro-vice-presidente: Anibal Diniz

Segundo-vice-presidente: Waldemir Moka

Primeiro-secretário: Cícero Lucena

Segundo-secretário: João Ribeiro

Terceiro-secretário: João Vicente Claudino

Quarto-secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Conselho de Comunicação analisa lei da TV paga

Órgão auxiliar do Congresso criou comissões que analisarão normas da EBC, Ancine e Anatel; levantamento apontou 176 projetos de lei sobre propaganda, monopólio e mercado

O CONSELHO DE Comunicação Social (CCS) do Congresso Nacional aprovou ontem a criação de três comissões para analisar leis e regulamentos da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), da Agência Nacional do Cinema (Ancine) e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

A legislação a ser analisada deve ter relação com o trabalho do CCS, como é o caso do Serviço de Acesso Condicionado (Seac), que trata do serviço de TV por assinatura.

Os conselheiros Alexandre Jobim, José Catarino do Nascimento e Fernando Cesar Mesquita vão analisar a legislação da EBC. Walter Ceneviva, Luiz Antonio Gerace e Ronaldo Lemos ficaram com a Ancine. A parte da Anatel coube aos conselheiros Roberto Franco, Celso Augusto Schröder e Miguel Ângelo Cançado.

Projetos de lei

Cada comissão terá até o último dia útil antes da próxima reunião, em 5 de novembro, para enviar os trabalhos aos conselheiros.

O presidente do conselho, Orani João Tempesta, informou que as conclusões da análise de cada comissão vão

ser debatidas nesse encontro.

O conselheiro Alexandre Jobim, representante das empresas de imprensa escrita, apresentou o resultado do levantamento de projetos em tramitação no Congresso Nacional relacionadas às áreas de atuação do CCS.

Segundo o levantamento, são 176 textos, como projetos de lei, propostas de emenda à

Constituição (PECs) e ofícios, classificados por temas como propaganda, monopólio e mercado.

Contribuição

O diretor da Secretaria Especial de Comunicação do Senado (Secs) e vice-presidente do conselho, Fernando Cesar Mesquita, elogiou o levantamento de Jobim e

propôs a criação de um grupo de trabalho para analisar o relatório. Os conselheiros decidiram estudar a relação de projetos e votar a criação de um grupo de trabalho no próximo encontro.

— A intenção é fazer uma contribuição legítima, sem pretensão de mostrar prioridade de assuntos — disse Jobim.

O ex-ministro da Cultura

Juca Ferreira ressaltou que o trabalho permite criar parâmetros para a atuação do conselho. Para o conselheiro Roberto Franco, o ideal é que cada conselheiro se debruce sobre o relatório para identificar quais são os temas mais urgentes.

— No próximo encontro, vamos traçar uma agenda de trabalho — afirmou.



Fernando Cesar Mesquita (F) preside reunião do Conselho de Comunicação Social, que analisará a legislação da área

Conselheiro teme que grupo seja acionado por outros órgãos, além do Congresso

Os membros do Conselho de Comunicação Social decidiram adiar a discussão de proposta que altera o regimento do conselho, apresentada por Alexandre Jobim.

Para Jobim, o artigo 3º do regimento, da forma como está hoje, apresenta inconstitucionalidades — permite que outros órgãos, além do próprio Congresso, acionem o conselho.

O relator da proposta, Miguel Ângelo Cançado, discordou. Ele lembrou que o regimento foi aprovado pela Mesa do Congresso.

Para Juca Ferreira, a natureza da

comissão é política e, se as mudanças ocorrerem, o CCS pode se transformar numa assessoria.

— O conselho tem uma personalidade própria, inclusive porque é previsto na Constituição — argumentou.

Apesar das polêmicas que motivaram o adiamento da discussão sobre o regimento, Fernando Cesar Mesquita disse que o CCS está no caminho certo:

— É preciso dar respostas ao que a sociedade exige. O conselho veio para fazer o que é devido, com seriedade e competência.

Site está em reforma para facilitar participação da sociedade em debates

Ao abrir reunião de ontem do Conselho de Comunicação Social, Fernando Cesar Mesquita informou que as Secretarias Especiais de Comunicação Social e de Informática, ambas do Senado, trabalham na remodelação e na atualização do site do CCS, para deixá-lo mais interativo.

A remodelação, que está sendo gerida pela Agência Senado, conta com a parceria da Câmara dos Deputados e atende demanda apresentada pelos conselheiros na reunião anterior. Eles querem uma maior

participação da sociedade no debate sobre a comunicação social.

Enquanto o site não fica pronto, foram feitas alterações na página de informações legislativa do Senado relativas ao conselho. Com essas mudanças, é possível enviar sugestões para aos integrantes e acompanhar as notícias sobre os trabalhos desenvolvidos e a repercussão nas redes sociais. Também estão disponíveis informações sobre composição, atribuições e histórico, além de pautas, atas e matérias em andamento.

Pacto federativo: relatório deve ser entregue na próxima semana

A comissão de especialistas que analisa propostas para um novo pacto federativo pretende agendar para a próxima semana a entrega do relatório final ao presidente do Senado, José Sarney. A informação é do presidente do colegiado, Nelson Jobim, ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF).

No relatório final, as sugestões para reduzir o desequilíbrio entre as unidades da Federação estarão reunidas em nove anteprojetos de lei e duas sugestões a matérias que tramitam no Congresso. Entre os anteprojetos, estão

os quatro temas priorizados pelo grupo: distribuição dos royalties do petróleo, Fundo

de Participação dos Estados (FPE), guerra fiscal e dívidas dos estados.

Segundo o relator da comissão, Everardo Maciel, entre os outros cinco temas tratados

nos anteprojetos, estarão a criação de cadastro único de contribuintes e a definição de regras para evitar que sejam fixados pisos para remuneração de servidores estaduais e municipais.

Também serão apresentadas sugestões para alterar a proposta de emenda à Constituição que regulamenta o comércio eletrônico (PEC 103/11) e para mudar a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem).

Todas as sugestões que os 14 especialistas da comissão vão entregar a Sarney serão analisadas pelos senadores.



Nove anteprojetos serão sugeridos pela comissão, que tem Jobim (2º à dir.) como presidente e Everardo (D) como relator

Desafios do Estatuto do Idoso, que faz 9 anos

Pedro Pincer

O Especial Cidadania desta semana traça um panorama da legislação sobre os idosos, que foi revigorada em 2003, com a edição de estatuto específico. O Estatuto do Idoso completou nove anos ontem, data em que se celebra o Dia Internacional do Idoso.

Esta edição traz opiniões de especialistas sobre a legislação, mostra projetos de lei em tramitação e detalha a regulamentação da profissão de cuidador de idosos feita pela Comissão de Assuntos Sociais.

De acordo com o IBGE, os idosos já representam 12% da população brasileira.

Profissão de cuidador perto de finalmente ser regulamentada

Uma das principais bandeiras dos idosos, a regulamentação da profissão de cuidador foi aprovada no mês passado, em primeira votação, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A CAS acolheu o substitutivo da senadora licenciada Marta Suplicy (PT-SP) ao projeto de lei original (PLS 284/11), de Waldemir Moka (PMDB-MS).

O cuidador de idoso, pelo texto, precisa ser maior de 18 anos e ter concluído curso de qualificação. Os profissionais

que na época em que a lei entrar em vigor estiverem na função há ao menos dois anos serão dispensados do curso.

O substitutivo prevê que União, estados e municípios deverão incluir os cuidadores de idosos nas equipes públicas de saúde e assistência social.

O projeto ainda precisará passar por uma segunda votação na CAS, em caráter terminativo (sem necessidade de passar pelo Plenário). Sendo aprovada, irá para a Câmara.

O trabalho do cuidador de idoso

Veja, abaixo, algumas das funções que podem ser desempenhadas pelo cuidador, segundo o projeto de lei em análise no Senado:

- ▶ Atuar como elo entre a pessoa cuidada, a família e o médico
- ▶ Escutar a pessoa cuidada, estar atento e ser solidário
- ▶ Ajudar nos cuidados de higiene
- ▶ Estimular e ajudar na alimentação
- ▶ Ajudar na locomoção e em atividades físicas, como andar, tomar sol e fazer exercícios físicos
- ▶ Estimular atividades de lazer e ocupacionais
- ▶ Fazer mudanças de posição na cama e na cadeira, e massagens de conforto
- ▶ Administrar remédios, conforme a orientação do médico
- ▶ Comunicar o médico sobre mudanças no estado de saúde da pessoa cuidada
- ▶ Outras situações que se fizerem necessárias para a melhoria da qualidade de vida e a recuperação da saúde do idoso

Disque 100 recebe denúncias de negligência e agressão física

No primeiro ano de funcionamento do Disque 100, foram enviadas 44 mil denúncias de violência contra idosos. O serviço telefônico foi criado pelo governo federal no ano passado para receber denúncias de todo tipo de violação aos direitos humanos.

O número foi divulgado pela ministra da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Maria do Rosário, durante audiência pública que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realizou no mês passado sobre os desafios trazidos pelo envelhecimento da população.

De acordo com a ministra, acusações de negligência despontaram nesse cenário (17 mil denúncias enviadas ao Disque 100), seguidas de abandono e violência psicológica (13 mil) e de agressões físicas (7 mil).

— O envelhecimento é uma das principais conquistas da humanidade e não pode ser visto como peso para o governo e para as famílias. Deve ser visto como um produto do avanço nas políticas públicas — disse Maria do Rosário.

O presidente da CDH, Paulo Paim, lembrou que, daqui a 30 anos, um em cada quatro brasileiros será idoso.



Estatuto prevê transporte gratuito a idoso, mas há denúncias de descumprimento

“Temos a ilusão de viver num país de jovens”, afirma psicóloga

Para a psicóloga Vera Lúcia Coelho, professora da Universidade de Brasília (UnB), o país não tem muito a comemorar neste Dia Internacional do Idoso. O estatuto prevê várias políticas públicas de valorização dos idosos, mas, segundo ela, muitas não estão sendo cumpridas integralmente.

— Temos a ilusão de que vivemos num país de jovens — afirma.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 12% da população do país é idosa. Projeções indicam que a parcela passará dos 20% em 2050.

O geriatra Einstein de Camargos, do Hospital Universitário da UnB, diz que a família e a sociedade não contemplam a inclusão dos idosos:

— Quem dava apoio [aos idosos] era a família, mas essa

estrutura se perdeu. Hoje, cada um está envolvido com a sua vida. As cidades também não estão adaptadas para o idoso.

No Brasil, é pequeno o número de idosos em asilo — 0,8%. De acordo com Camargos, o governo não dá apoio a essas instituições nem as fiscaliza: — A qualidade é aquém do necessário.

Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgado em 2011, mostra que o número de instituições públicas que abrigam idosos não acompanha o crescimento da terceira idade. O Brasil tem 3.548 asilos, dos quais apenas 218 são públicos.

Segundo Marcos Terra, diretor do Lar da Terceira Idade Samaritanos, em Águas Lindas de Goiás (GO), as instituições que abrigam idosos não recebem nenhuma ajuda pública.

A principal lei

O Estatuto do Idoso (Lei 10.741), proposto por Paulo Paim (PT-RS), foi aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo presidente da República em 2003, reafirmando e ampliando os direitos dos cidadãos com mais de 60 anos. Veja, a seguir, os principais pontos do estatuto:

SAÚDE

- ▶ Atendimento preferencial no Sistema Único de Saúde (SUS).
- ▶ Distribuição de remédios deve ser gratuita, assim como a de próteses e órteses.
- ▶ Planos não podem reajustar mensalidades pela idade.

TRANSPORTE COLETIVO

- ▶ Maiores de 65 anos têm direito ao transporte coletivo público gratuito.
- ▶ Transporte coletivo tem reserva obrigatória de 10% dos assentos para idosos.
- ▶ Em coletivos interestaduais, reserva de duas vagas gratuitas por veículo para idosos com renda igual ou inferior a dois salários mínimos.

VIOLÊNCIA E ABANDONO

- ▶ Quem discriminar o idoso, dificultando o acesso a qualquer meio de exercer a cidadania, pode ser condenado a pena de seis meses a um ano de reclusão, além de multa.
- ▶ Pessoa que abandonar idoso em casas de saúde pode ser condenada a pena de seis meses a três anos de detenção e multa.
- ▶ Para os casos de idosos submetidos a condições desumanas, pena de dois meses a um ano de prisão, além de multa. Se houver morte, de quatro a 12 anos de reclusão.

— A qualidade é aquém do necessário.

ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA

Punição por mau atendimento vai de advertência e multa até a interdição.

LAZER, CULTURA, ESPORTE

- ▶ Direito a 50% de desconto em atividades de cultura, esporte e lazer.

TRABALHO

- ▶ É proibida a discriminação por idade e a fixação de limite máximo de idade na contratação.
- ▶ O primeiro critério de desempate em concurso público é o da idade.

HABITAÇÃO

- ▶ É obrigatória a reserva de 3% das unidades residenciais para idosos em programas habitacionais públicos.

Saiba mais

Estatuto do Idoso:

<http://bit.ly/Lei10741>

Comunicado do Ipea sobre instituições de longa permanência para idosos:

<http://bit.ly/instituicoesIdosos>

Guia prático do cuidador (Ministério da Saúde):

<http://bit.ly/guiaCuidador>

Direitos do idoso nas relações de consumo:

<http://bit.ly/direitosConsumo>

Carta de São José sobre os Direitos dos Idosos da América Latina e Caribe:

<http://bit.ly/cartaSaoJose>

Veja as edições anteriores do Especial Cidadania em www.senado.gov.br/jornal

Projetos de lei em análise

PLS 344/12, do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), garante programas de **educação em nível superior** para pessoas idosas

PLS 273/11, do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), estabelece isenção de **taxa de embarque** em voos domésticos para passageiros idosos

PLS 60/09, de Antonio Carlos Valadares, institui cotas para idosos no **serviço público**

PLC 52/11, da deputada Íris de Araújo (PMDB-GO), dispõe sobre a reserva de **habitações** para idosos de baixa renda nos programas oficiais de produção de moradia

PLS 650/11, do senador Humberto Costa (PT-PE), obriga, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, o atendimento de demandas de **acessibilidade** por parte de beneficiários idosos ou com deficiência

PLS 651/11, do senador Gim Argello (PTB-DF), altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir na modalidade **educação** de jovens e adultos (EJA) a política de atenção educacional e social aos idosos